



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003502-90.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigações**
 Requerente: **kelvin Dantas Alves**
 Requerido: **SPPREV**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de Ação Ordinária, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ajuizada por **KELVIN DANTAS ALVES**, contra a **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV**, objetivando a concessão de benefício de pensão por morte de seu genitor, José Carlos Alves, servidor público estadual, desde a data do óbito, ocorrido em 15/11/2007

Pela decisão de fls. 24/25, foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela.

Recebeu-se a emenda à petição inicial, reabrindo-se o prazo para apresentação de contestação pela requerida (fls. 61)

A requerida apresentou contestação (fls. 63/69), alegando, preliminarmente, falta de interesse de agir, ante a ausência de requerimento administrativo para a implantação do benefício. No mérito, aduz que o autor tem o direito ao recebimento da pensão por morte, nos termos do artigo 147 da Lei Complementar nº 180/78, uma vez que é menor de 21 anos e filho de servidor falecido. Afirma, contudo, que a implantação da pensão não pode retroagir à data do óbito, pois a parte autora não pleiteou sua habilitação no âmbito administrativo, sendo que o benefício somente passa a ser devido a partir da data de sua habilitação, nos termos da referida lei. Requer a extinção do processo sem resolução do mérito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

e, subsidiariamente, em caso de acolhimento do pedido, que a pensão implantada tenha por termo inicial a citação na presente ação.

Réplica às fls. 137/139.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Julgo o pedido imediatamente, na forma do art. 330, I do Código de Processo Civil, uma vez que as questões controvertidas são exclusivamente de direito, não havendo necessidade de dilação probatória.

Não é o caso de se reconhecer a falta de interesse de agir pela inexistência de comprovação da negativa de implantação do benefício na esfera administrativa, pois o acesso à Jurisdição independe do prévio esgotamento da via administrativa.

No mérito, o pedido comporta parcial acolhimento.

Isso porque, no rol de dependentes do servidor previstos no artigo 147 da Lei complementar 180/78, especificamente, no inciso III, consta "*os filhos de qualquer condição ou sexo, de idade igual à prevista na Legislação do Regime Geral de Previdência Social...*"

Incontrovertida a qualidade de segurado de José Carlos Alves, não havendo qualquer insurgência pela parte ré no tocante a este requisito.

Assim, a implantação da pensão por morte ao autor é medida que se impõe.

Quanto ao termo inicial para pagamento do benefício, razão assiste à SPPREV, devendo a pensão em questão ser paga a partir da citação, consoante dispõe o artigo 219 do Código de Processo Civil¹.

Embora o autor alegue, na inicial, ter feito requerimento

¹ Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição. ([Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973](#))



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

administrativo objetivando a obtenção do benefício, essa circunstância não ficou comprovada nos autos, isolando-se em mera assertiva unilateral da parte. Mesmo instado a informar se formalizou pedido de habilitação como pensionista perante a ré, devendo, em caso positivo, juntar cópia do procedimento administrativo (fls. 35), não trouxe aos autos nenhuma prova de ter postulado a implantação do benefício.

Assim, considerando os termos do artigo 148 da Lei Complementar 180/78² e, inexistindo requerimento administrativo, o termo inicial do benefício deve recair na data da citação.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido, para o fim de condenar a SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV a) a implementar, em favor do autor, o benefício da pensão por morte do segurado José Carlos Alves b) a pagar as parcelas vencidas desde a data da citação até a data da efetiva implementação do benefício, nos termos do item “a”, com atualização monetária pela Tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública, desde cada vencimento, e juros moratórios na forma da Lei nº 11.960/09, desde a citação.

Diante do princípio da causalidade, deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas e honorários, pois não houve pedido administrativo. Assim, não tinha ela como saber do pleito do autor e não ofereceu resistência a ele, nestes autos, apenas questionou, com razão, o termo inicial do benefício.

² Artigo 148 - Com a morte do servidor a pensão será paga aos dependentes, mediante rateio, em partes iguais. (NR)

§ 1º - O valor da pensão será calculado de acordo com a regra prevista no "caput" do artigo 144 desta lei complementar, procedendo-se, posteriormente, à divisão do benefício em quotas, nos termos deste artigo. (NR)

§ 2º - O pagamento do benefício retroagirá à data do óbito, quando requerido em até 60 (sessenta) dias depois deste. (NR)

§ 3º - O pagamento do benefício será feito a partir da data do requerimento, quando ultrapassado o prazo previsto no § 2º deste artigo. (NR)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Ante os elementos de verossimilhança reunidos na demanda e o caráter alimentar do benefício ora reconhecido, fica concedida a antecipação de tutela, para a fase de cumprimento de sentença, com base no artigo 273 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar a implantação do benefício, no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00.

Eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo.

P.R.I.C.

São Carlos, 25 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**